

SIMPÓSIO AT164

A LITERATURA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: A APLICAÇÃO DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA ENVOLVENDO UMA REESCRITURA DA OBRA *OS MISERÁVEIS*

LIMA, Déborah Justiniano Vieira
Mestranda – PROFLETRAS - Mestrado Profissional em Letras - UFU
deborahjustiniano@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo discutir a importância da literatura como instrumento de efetivação da Educação em Direitos Humanos. Esse trabalho se justifica pela necessidade de educar para a vida, formando alunos conscientes e valorizar a literatura tanto em sua função estética, como em sua função social, promovendo um paralelo entre o texto ficcional e a realidade vivida pelos alunos. A preocupação com a Educação em Direitos Humanos tem crescido no Brasil. À vista disso, verifica-se a necessidade da apresentação e desenvolvimento de projetos que despertem para o respeito às diferenças, à tolerância e a consciência da dignidade de toda pessoa humana. A literatura, portanto, assume um papel fundamental no que se refere à sensibilização do aluno para as questões relacionadas aos Direitos Humanos. Diante desse contexto, é preciso repensar o ensino da literatura, muitas vezes voltado exclusivamente para as questões formais e classificatórias expandindo sua relevância para discussões apontadas no contexto histórico e social de seus enredos. Para tanto, optou-se pelo estudo, nas aulas de Língua Portuguesa, do clássico *Os Miseráveis* adaptado para o público infantojuvenil por Luc Lefort, por se tratar de uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal. Através da aplicação de uma sequência didática, priorizando a função humanizadora da literatura e através de uma abordagem social, o aluno será estimulado a posicionar-se diante das questões sociais, e até intervir na sua realidade buscando transformá-la.

Palavras-chave: Literatura; Educação em Direitos Humanos; *Os Miseráveis*; Adaptação; Sequência Didática.

Abstract: The present research aims to discuss the importance of literature as an instrument for the implementation of Human Rights Education. This work is justified by the need to educate for life, forming conscious students and valuing literature both in its aesthetic function and in its social function, promoting a parallel between the fictional text and the reality lived by the students. The concern about Human Rights Education has grown significantly in Brazil. In light of this, it is clear the need to present and develop projects able to awaken respect for differences, tolerance and dignity awareness for every human person. Literature, therefore, assumes a fundamental role

in raising human rights consciousness in students. Given this context, it is necessary to rethink the way literature is taught, which is often focused exclusively on formal and classificatory matters, by expanding its relevance to discussions pointed out in historical and social context of its entanglements. For this purpose, it was decided to study, in Portuguese-language classes, the classic *The Miserable* adapted by Luc Lefort to children and youth audience, once it is a group from the 6th grade elementary school of a municipal school. By means of applying a didactic sequence, prioritizing the humanizing role of literature and a social approach, students will be encouraged to position themselves before social issues, and even intervene in their reality, seeking to transform it.

Keywords: Literature; Education in Human Rights; The Miserables; Adaptation; Didactic Sequence.

Introdução

O texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 70 anos. A temática nuclear desse documento tem sido, contemporaneamente, objeto de discussões à medida que vivemos uma realidade nacional, em que os direitos individuais fundamentais, apesar de garantidos constitucionalmente, não estão sendo respeitados. Há de se verificar a atuação da escola e como se dá a efetividade do papel que ela assume como formadora de opinião dos seus alunos, no tocante a temática em questão.

A literatura surge, então, como um instrumento fundamental para a efetivação de uma proposta de Educação em Direitos Humanos. O crítico Antonio Candido, em seu ensaio *O Direito à Literatura* (1988), explana acerca da função social da literatura. De acordo com palavras do próprio Candido:

[...] Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (CANDIDO, 1988, p. 175).

A literatura muito tem a oferecer ao aluno, além daquilo que lhe tem sido apresentado no cotidiano escolar de forma descontextualizada. Despertar no aluno o gosto pelo texto literário se torna um desafio, tendo em vista que o ensino de literatura quase sempre está atrelado aos modelos tradicionais. No caso específico do Ensino Fundamental II, observa-se que o estudo do texto

literário perpassa por algumas dificuldades que impossibilitam um trabalho ideal. O ensino de literatura, em grande parte dos casos, está subordinado ao estudo da gramática normativa e é entendido apenas como um “apoio” ao ensino de Língua Portuguesa.

Ainda que documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) valorizem a abordagem plural do texto literário e sua relação com a dimensão social, é um processo árduo disseminar entre os alunos o gosto pela leitura e prepará-los como leitores críticos. Diante de inúmeros obstáculos que entravam o desenvolvimento de um bom trabalho em sala de aula, cabe ao professor a tarefa de intermediar o contato entre o aluno e o texto literário de forma que este tenha condições de desenvolver a capacidade de analisá-lo de forma crítica e construa sua própria experiência literária.

Ao suscitar essas dificuldades, é importante ressaltar a concepção de letramento literário que é o campo do letramento que parte da literatura para a consciência das práticas sociais de leitura e escrita. Rildo Cosson (2016), em seu livro *Letramento Literário*, sugere formas de se desenvolver o trabalho com a literatura no contexto do letramento literário para professores interessados em tornar a leitura literária um ato significativo para seus alunos. Segundo o autor, é fundamental rever a questão da escolarização da literatura, destacando a necessidade do trabalho com o texto literário por parte do professor. Só assim, é possível vivenciar a literatura como uma experiência compartilhada.

Dentre suas funções, ao assumir um papel social e humanitário, a literatura se apresenta como um importante instrumento para a construção de uma cultura dos Direitos Humanos. Os temas relacionados aos Direitos Humanos devem ser adaptados e trabalhados nas diferentes áreas curriculares e devem estar presentes no Projeto Político Pedagógico da escola, mas para isso, é preciso conhecê-los e estudá-los.

Essa pesquisa, portanto, surge da necessidade de refletir sobre as práticas de ensino que têm como objeto o texto literário e reavaliar o papel da

literatura como uma manifestação social, cultural e histórica. Ao mesmo tempo pretende-se auxiliar o professor a disseminar entre os alunos o gosto pela leitura dos clássicos, além de discutir sobre a questão dos Direitos Humanos por meio da reescritura da obra *Os Miseráveis*.

1. A reescritura de clássicos como instrumento para o letramento literário

A leitura dos clássicos é muito cobrada e recorrente principalmente no Ensino Médio, por se tratar de uma fase da escolarização em que o foco é o vestibular. Os exames costumam cobrar a leitura de obras consagradas em Língua Portuguesa. Não obstante, ao longo do Ensino Fundamental, pouco ou nada se lê e estuda no tocante às obras consideradas canônicas em Língua Portuguesa e tampouco é apresentado ao aluno obras da Literatura Universal.

É do senso comum acreditar que a leitura de clássicos está além das potencialidades do aluno do Ensino Fundamental ou não é interessante para o mesmo, o que pode distanciar-lo ainda mais da leitura. Ampliar o universo da leitura, principalmente dos clássicos, e envolver o aluno do Ensino Fundamental II para que o mesmo desperte o desejo pela leitura se manifesta como um desafio para os professores de Língua Portuguesa.

Ítalo Calvino (2007, p.10) defende a leitura dos clássicos pelo jovem leitor, mesmo assumindo pontos desfavoráveis da leitura nessa faixa etária como a “impaciência” e a “inexperiência da vida”. O teórico levanta uma sequência de aspectos relevantes que aprovam a leitura dos clássicos ainda nas fases iniciais. É como se a leitura na alvorada da idade possibilitasse ao jovem leitor uma preparação na formação de um futuro leitor maturado. Segundo palavras do próprio autor sobre as leituras ainda na juventude:

Podem ser (talvez ao mesmo tempo) formativas no sentido de que dão uma forma às experiências futuras, fornecendo modelos, recipientes, termos de comparação, esquemas de classificação, escalas de valores, paradigmas de beleza: todas, coisas que continuam a valer mesmo que nos recordemos pouco ou nada do livro na juventude (2007, p. 10).

Esse primeiro contato da leitura da reescritura do clássico pelo jovem leitor, por exemplo, pode significar o despertar, em um momento futuro, para uma leitura da obra original. Essa leitura do original, em uma circunstância de maturidade e em um contexto diferente do escolar, pode proporcionar uma experiência inovadora.

Igualmente, esse olhar para a leitura das obras canônicas, ainda na juventude, pode ser transportado para a leitura do clássico adaptado nas séries iniciais, tendo em vista que a leitura do mesmo pode fomentar no aluno o interesse pelo conhecimento da obra original no futuro.

Há que se considerar também o papel que os clássicos assumem nas discussões relacionadas às questões sociais e políticas promovendo a reflexão e o debate de seus textos. Candido (1988) trata dos conceitos de bens compressíveis e bens incompressíveis que, de uma forma mais clara, está relacionado àquilo que é dispensável e àquilo que é direito fundamental ou imprescindível. O autor confere à literatura o mesmo grau de relevância que qualquer outro direito humano básico e fundamental, independentemente de sua posição social.

Assim sendo, a literatura conduziria o ser humano em um caminho de humanização, ao passo que enxergar além das entrelinhas do texto, explorar sentidos e compreendê-los, significaria perceber o mundo e a si mesmo, possibilitando a construção de um mundo consciente e mais humano. De acordo com palavras do próprio Candido (1988) acerca da Literatura: “Desse modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade [...]”. Acrescenta o autor:

[...] a Literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabuloso. [...] Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no

universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito. (1988, p. 175)

O teórico defende a literatura como um direito básico fundamental, ou seja, um direito humano. Segundo o próprio estudioso, não existe indivíduo ou comunidade que possa manter-se sem a literatura. Candido nos guia para uma reflexão da existência do indivíduo sem a literatura, privado de um direito essencial e de como isso pode influenciar na sua interpretação do mundo. O estudo da literatura e, por que não, o estudo dos clássicos, não seriam, portanto, um direito fundamental?

Isto posto, verifica-se que a literatura não é só uma ferramenta que coadjuva com a humanização do ser humano, como ela própria constitui-se de um direito de todo e qualquer ser humano. Cabe à escola, portanto, o papel de garantir esse direito ao aluno e promover a reflexão dos demais direitos a que o discente dispõe.

No caso específico dessa pesquisa, a abordagem partiria de uma leitura crítica de análise e discussão com os alunos acerca do enredo da obra reescrita com o propósito de estabelecer uma relação com os Direitos Humanos. Como a literatura, de acordo com o próprio Candido, é considerada um direito humano, por que não trabalhar por meio de um exercício metalinguístico em que os próprios direitos humanos são discutidos na obra em questão? É a literatura se manifestando como direito humano e debatendo o significado do próprio “Direito Humano”.

Uma abordagem social, através de um trabalho por meio de uma sequência didática, demonstrará que a humanidade, após mais de um século, ainda necessita de ações afirmativas trazendo o homem à consciência do respeito aos direitos do outro. Diante disso, o trabalho com a reescritura de *Os Miseráveis* se propõe a discutir, através da análise dos personagens do romance e da situação em que cada personagem se encontra no enredo, como o desprezo aos direitos humanos pode acarretar a degradação física e moral do indivíduo afetando a sociedade como um todo. A preocupação explicitada

na obra de Victor Hugo há mais de um século retrata nada mais que a cruel realidade social hoje vivenciada, demonstrando o valor literário de sua obra que superou o tempo através de sua temática social.

2. O papel do professor de Língua Portuguesa como mediador nas questões socioculturais e políticas

A origem dos Direitos Humanos está atrelada às lutas e conquistas sociais e políticas, advindas de uma sociedade oprimida historicamente. No Brasil, os Direitos Humanos se confirmam a partir da Constituição de 1988 e, sob a ótica mundial, já eram celebrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. No entanto, para além dos documentos, a história dos Direitos Humanos no país, desde seus primórdios até a época presente ainda está em um processo de reflexão e edificação. Quando se pensa em políticas públicas relacionadas a essa questão, vários documentos têm sido elaborados na tentativa de criar uma cultura dos Direitos Humanos com a intenção de formar indivíduos de direitos, fortalecendo uma sociedade capaz de agir e transformar. (CANDAU, 2013, p. 23).

A contraposição entre as transgressões aos Direitos Humanos, ainda frequentes, e o interesse gradual nesses mesmos direitos, no Brasil atual, orienta a sociedade para a busca de uma educação focada no esclarecimento, garantia e vivência desses direitos (CANDAU, 2013, p. 33).

De acordo com uma reflexão dos próprios autores:

No mundo atual, a consciência universal dos Direitos Humanos é cada vez mais forte. No entanto, estes direitos, hoje tão proclamados, continuam sendo sistematicamente violados nas diferentes partes do mundo. A luta para estabelecê-los firmemente na consciência dos indivíduos e dos povos passa obrigatoriamente por processos educativos. Só assim é possível formar para a cidadania com possibilidades de construir uma sociedade mais democrática e justa (2013, p. 33).

A preocupação com a Educação em Direitos Humanos tem crescido no Brasil, principalmente com a divulgação do Plano Nacional de Educação criado

pelo Comitê Nacional de Educação (PNEDH), da Secretaria de Direitos Humanos (CANDAU, 2013, p. 60). O referido documento destaca não só a educação como direito, mas também como um instrumento que possibilita o conhecimento e a reflexão acerca de outros direitos. Dessa forma, a educação se destaca ao assumir um papel tão relevante de conduzir o sujeito, muitas vezes excluído socialmente, à informação de seus direitos, construção de sua identidade individual e coletiva, à reflexão de valores e posturas e a exercer sua cidadania.

Conscientizar indivíduos acerca de seus direitos para que os mesmos transformem a realidade em que estão inseridos é uma das funções da Educação em Direitos Humanos (CANDAU, 2013, p. 39). Essa característica chama a atenção para uma “educação libertadora” em que indivíduos desvalidos e sua comunidade são empoderados, exercendo seu papel de cidadãos, agindo, lutando por seus direitos e modificando o contexto em que estão inseridos (CANDAU, 2013, p. 39).

O professor de Língua Portuguesa, por conseguinte, se apresenta como um importante mediador sociocultural e político tendo em vista as possibilidades em que o trabalho com a disciplina possibilita para esclarecimentos, discussões, reflexões sobre a temática em questão. Acredita-se que experiências voltadas para o debate acerca dessa temática, em sala de aula, despertem para uma tomada de consciência e que essas elucubrações sejam incorporadas não só pelos alunos, mas por toda a comunidade escolar, não de forma passageira, mas que a escola possa mudar sua mentalidade e internalizar esses valores em sua rotina.

3. Contexto da pesquisa e metodologia

O trabalho será aplicado pela professora pesquisadora em sala de aula e no ambiente informatizado com a participação de uma turma de alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II de uma escola pública municipal de Goiânia-Goiás, em conformidade com as determinações do programa PROFLETRAS.

Para a realização desse projeto, optou-se pela metodologia qualitativa. Esse tipo de pesquisa se destaca por se ocupar em aproximar a teoria e os dados, o contexto e a ação. Entre as relevantes características dessa pesquisa, destacam-se a importância do pesquisador como alguém que analisa os fatos sob a perspectiva de alguém interno à organização e a importância da observação do contexto da situação (TEIXEIRA, 2002, p. 137).

Posteriormente, optou-se pela pesquisa-ação. Segundo Thiollent (1985, p.14), esse tipo de pesquisa se baseia no empírico e foca em uma situação ou problema coletivo, onde participantes estão comprometidos de forma cooperativa e participativa. Entre suas principais características destacam-se a intervenção, o envolvimento ativo do pesquisador, a participação efetiva das pessoas envolvidas no problema, a busca pela transformação da realidade e a harmonização com convicções de autonomia e liberdade.

Para o trabalho em questão, contudo, optou-se pela reescritura da obra por Luc Lefort. Essa escolha se deve, principalmente, devido à faixa etária dos alunos que participarão do projeto, ou seja, alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II. Além da extensão da obra original que dificultaria o trabalho em sala de aula devido ao fator tempo, trata-se de um texto em língua estrangeira. A reescritura traz uma linguagem mais acessível capaz de aproximar o aluno mais jovem do texto literário consagrado.

A proposta de intervenção metodológica para a leitura literária acontecerá em quatro fases: Motivação, Introdução, Leitura e Interpretação, em conformidade com a sequência básica de letramento literário apresentada por Rildo Cosson (2016) em seu livro *Letramento Literário: teoria e prática*. A sequência didática será aplicada semanalmente compondo um total de quinze aulas de uma hora cada, durante as aulas de Língua Portuguesa.

Considerações finais

A escola necessita repensar a função da literatura aproximando-a dos alunos para que realizem uma leitura prazerosa e crítica do livro. Além disso, é importante que o aluno compreenda e reflita sobre os vários significados do

texto literário dentro das instâncias sociais, culturais, históricas e políticas. O papel do professor, portanto, não é interpretar o texto literário para os alunos, mas auxiliá-los na construção de interpretações.

Como se pode observar, a sequência básica de letramento literário de Cosson se apresenta como uma proposta favorável e completa para se desenvolver atividades de leitura considerando como propósito a literatura. Diante da questão apresentada que busca utilizar a literatura para se efetivar uma educação em Direitos Humanos, será aplicada uma sequência didática na busca por fomentar o interesse dos alunos pelos clássicos da literatura e promover uma educação em Direitos Humanos. Espera-se também que este estudo possa contribuir para auxiliar professores de Língua Portuguesa interessados no trabalho com as reescrituras dos clássicos e no princípio humanizador da literatura.

Ademais, a discussão acerca dos direitos humanos ainda não é uma realidade no currículo escolar, tampouco se efetivam práticas suficientes voltadas para essa abordagem especialmente relevante. Nas atuais conjunturas em que valores como justiça, tolerância, igualdade e dignidade humana estejam constantemente em voga nos discursos, todavia ainda se apresentam carentes no comportamento da sociedade como um todo. Julga-se incontestável a necessidade de práticas que ultrapassem as letras mortas do papel e passem a ganhar vida nos diversos espaços sociais.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa/SEF**, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CANDAU, Vera Maria et al. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LEFORT, Luc. **Os Miseráveis**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ática, 2005.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 4. ed. Belém: UNAMA, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.